DECISÃO SINGULAR	**:DSG-G.MJMS-933/2015**
PROCESSO TC/MS	:TC/20009/2014
PROTOCOLO	:1474359
ÓRGÃO	:PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
RESPONSÁVEL	:RICARDO TREFZGER BALLOCK
CARGO DO RESPONSÁVEL	:SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ASSUNTO DO PROCESSO	:CONCESSÃO APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
RELATOR	:CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
BENEFICIÁRIA	:CLAUDIA MARQUES ESPERIDIÃO

ATO DE PESSOAL – APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONCESSÃO. PROPORCIONAL. REGISTRO.

Tratam os autos da concessão de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ por parte Da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS concedida a servidora Claudia Marques Esperidião, lotada na Gerência Administrativa e Financeira, no cargo de auxiliar de serviços diversos.

A equipe técnica da Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal – ICAP apreciou a documentação apresentada e através da Análise Conclusiva ANA-7ICE-1934/2014, manifestou-se:

> *"Face ao exposto, esta Inspetoria conclui a instrução processual pelo* ***Registro*** *da presente Aposentadoria."* (grifo nosso)

Da mesma forma foi o entendimento exaurido pelo Ministério Público de Contas que emitiu o Parecer PAR-MPC – GAB.7 DR.JAC-35/2015 onde concluiu:

> "*Corroborando o entendimento da análise técnica,* ***opinamos favoravelmente ao registro****."* (grifo nosso)

Vieram os autos a esta Relatora para Decisão.

É o Relatório.

Diante dos documentos acostados aos autos, a presente APOSENTADORIA POR INVALIDEZ encontra-se formalizada em conformidade com os ditames legais, uma vez que foram cumpridos os requisitos pertinentes.

Do exame do feito observo que os órgãos de apoio manifestaram-se pelo Registro da presente concessão, por notarem que a aposentadoria por invalidez encontra-se amparada na legislação vigente.

Neste sentido, acompanho os entendimentos exauridos pela inspetoria competente e pelo representante do MPC e, com base no artigo 10, I da Resolução Normativa nº 76/2013, **DECIDO:**

1- Pelo **REGISTRO** da concessão da APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, da Sra. Claudia Marques Esperidião com base no artigo 34, inciso II da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 10, inciso I - do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

2- Comunicar o resultado do julgamento aos responsáveis e interessados com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

3- A remessa dos autos ao Cartório para providências regimentais.

É a DECISÃO.

Campo Grande, 27 de fevereiro de 2015.

Conselheira Marisa Serrano

R E L A T O R A

fer